



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

RONÁRIA DE SOUZA MAGALHAES BONFIM

INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA  
FRANCISCO PINTO

Brasília/DF

2016



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

RONÁRIA DE SOUZA MAGALHAES BONFIM

INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA  
FRANCISCO PINTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade de Brasília (UnB), como requisito para  
obtenção do grau de Especialista em Educação em e  
para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade  
Cultural.

Orientadora: Profa. Sabrina Steinke.

Brasília/DF

2016



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Ronária de Souza Magalhães Bonfim, intitulado Inclusão social na Escola Municipal Quilombola Francisco Pinto, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

---

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História - Sabrina Steinke

Universidade de Brasília - UnB

Presidente

---

M.s Clerismar Aparecido Longo

Examinador



Dedico este trabalho ao meu filho José Reinaldo e a minha família e todos que contribuíram a esta realização.

Se a educação sozinha não transforma  
sociedade, sem ela tampouco a sociedade  
muda.

(Paulo Freire)

## **AGRADECIMENTOS**

Para que este trabalho fosse concluído, ao longo da jornada, contei com o apoio, o estímulo e o carinho de muitas pessoas, para as quais quero deixar aqui registrado os meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço o senhor por estar sempre em meu caminho, fazendo tornar realidade meus sonhos, pois não foi fácil, tive muitas barreiras pelo caminho. Às vezes, d vontade de desistir, porém meu sonho sempre foi mais forte que quaisquer outros obstáculos, de cabeça erguida, sonho no próximo passo o mestrado, tenho fé que chegarei lá.

Agradeço meu filhão, Jose Reinaldo, pela inspiração dos meus sonhos, é quem me motiva todo dia a levantar da cama e refletir que o dia de hoje será melhor que ontem.

Agradeço imensamente à professora Dr<sup>a</sup> Maria Helenice, professor Clerismar Aparecido à professora Sabrina Steinke, pelo empenho e dedicação para com todos. A todos os tutores Monica Fonseca e Francisco Sousa que muito me orientaram, agradeço pelo empenho, paciência e credibilidade.

E finalmente, agradeço a todos que me ajudaram direta ou indiretamente, durante este trabalho. UM MUITO OBRIGADO A TODOS !

## **RESUMO**

Este trabalho tem por finalidade a discussão da temática, inclusão social na escola, permeando questionamentos das teorias e práticas, das políticas públicas de educação básica e efetivação dos direitos sociais, também tecendo questionamentos e apresentando ações e reflexões que foram realizadas junto à comunidade Ribeirinha Quilombolas de Barra do Parateca/BA, e também problematizando os pontos de vista sobre as políticas públicas para a inclusão social, apontando para a necessidade de revisão de paradigmas em educação, e na vida em sociedade. O trabalho também retrata a importância dos direitos sociais à educação escolar, afinal, a inclusão escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio são indispensáveis para as políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional.

Palavras - chave: Inclusão social; Direitos humanos; Participação da comunidade.

## **ABSTRACT**

*This work aims at the topic of discussion, social inclusion at school, permeating questioning of theories and practices of public policies on basic education and enforcement of social rights, also weaving questioning and presenting actions and reflections that were made along the riverfront Quilombo community Barra do Parateca / BA, and also questioning the views on public policies for social inclusion, pointing to the need to review paradigms in education and in society. The work also depicts the importance of social rights to education, after all, school inclusion is a foundational dimension of citizenship, and this principle is essential for policies aimed at the participation of all the social and political spaces and even for rehabilitation in the professional world.*

**Key - words:** *social inclusion; Human rights; community participation.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DOU - Diário Oficial da União

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

USF- Unidade de Saúde da Família

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
GARANTIA DE DIREITOS X EDUCAÇÃO.....	15
1.0 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS.....	17
1.1 EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	19
1.2 TERRITÓRIO REMANESCENTE DO QUILOMBO DE BARRA DO PARATECA BA.....	21
1.3 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA .....	23
1.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO RELACIONADO TEORIA E PRÁTICA .....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS.....	30

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a pretensão de discutir sobre a educação brasileira em sua contemporaneidade, voltado para a escola quilombola da comunidade de Barra do Parateca neste ponto, considerando a educação um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. É através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito, no ensino Fundamental e médio para que se tornem locais de grande importância para a ascensão social. Muitas famílias têm investido muito neste setor, então nos perguntamos: qual a escola que temos, e qual a que queremos?

Infelizmente, a escola que temos ainda, em sua maioria, é a que exclui, muitas tem o discurso alinhado com perspectivas pedagógicas progressistas, mas que não são aplicados na realidade. A escola que queremos poderia estar pautada como espaço de liberdade de expressão e respeito às diversidades de cultura etc. No entanto, é preciso que a inclusão social seja explorada, noções do que vem a ser a cultura, a cultura afro-brasileira, com base na realidade dos alunos, contextualizando os conteúdos, através de projetos e atividades que valorizem as culturas, como: o folclore brasileiro apresentações teatrais danças ou lendas indígenas, dinâmicas, atividades lúdicas, entre outras trazendo a comunidade e a família para o convívio escolar.

É preciso que sejam executadas parceiras junto à comunidade: alunos, pais, mães, representantes de serviços públicos, comerciantes, associações locais, ONGs, instituições de ensino superior e outras entidades. A escola tem problemas e desafios de toda a natureza, desde os mais corriqueiros, como a falta de suprimento de material e de pessoal para o funcionamento das rotinas diárias, até a violência, que passou a integrar o seu cotidiano. Porém, acredito que seu problema mais saliente e maior desafio têm a ver com a função social que ela exerce que é a de assegurar a todos a permanência na escola com a aquisição de aprendizagens significativas, oportunidades de exercício da cidadania, desenvolvimento das potencialidades de cada um e com um preparo básico para o mundo do trabalho.

Nesse sentido temos muito que avançar, assim os alunos perceberão que vivem em uma sociedade democrática, onde a diferença faz parte da própria condição que o ser se evidencia. Uma notícia importante na área educacional no que diz respeito ao índice de analfabetismo. Que também, aponta uma queda no índice em nosso país nos últimos dez anos (2000 a 2010).

Em 2000, o número de analfabetos correspondia a 13,63% da população (15 anos ou mais de idade). Esse índice caiu para 9,6% em 2010 e para 8,3 em 2013 (IBGE) houve um grande avanço, embora ainda haja muito a ser feito para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), aprovada em 1996, trouxe um grande avanço no sistema de educação de nosso país. Esta lei visa tornar a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão. A escola ganhou vida e mais significado para os estudantes. É preciso, que a escola seja um ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encarar os deveres de casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos. Na verdade, pais e alunos têm também tudo para ajudar a fazer do currículo um conhecimento vivo, tornando uma via de enriquecimento recíproco alunos, e professores e também as próprias famílias.

Diante de algumas observações realizadas nas escolas de ensino fundamental do município de Carinhanha-Ba, durante o desenvolvimento de trabalhos sociais do Cras quilombola, pude observar sobre as questões no que diz respeito à socialização da escola pública, a partir daí surgiu o anseio em levantar questões para discutir o tema deste trabalho: Inclusão social na escola municipal Francisco Pinto.

A escola, objeto de análise, fica localizada em uma comunidade remanescente de quilombo as margens do Rio São Francisco a 890 km da Capital Salvador. Hoje na comunidade residem 230 famílias onde a maior fonte de renda é a pesca, também contam com a Bolsa Família para complemento de renda. A comunidade é atendida por uma USF- Unidade de Saúde da Família, e o cras quilombola, uma biblioteca pública Diolinda Alves e duas escolas. Uma de ensino médio Escola Municipal Francisco Pinto, é esta citada e outra de ensino fundamental Patrício Viera Lima. O corpo de funcionários da escola, em análise, tem 23 funcionários. O público alvo são as crianças da escola quilombola Patrício Vieira Lima da faixa etária 11 a 17 anos de idade.

Durante o período trabalhado no cras quilombola, comunidade referida acima, os alunos da escola eram acompanhados através de grupos lúdicos no cras observando também o seu desenvolvimento social. Havia muita desistência por desânimo, aulas pouco interessantes, segundo informações dos alunos. Então, surgiram às inquietações dos motivos desta, suposta, “falta de interesse”.

Problemas que envolvem hoje a escola Francisco Pinto: Os problemas encontrados na escola investigada foram alto índice de desistência dos alunos na escola por falta de estímulo

para estudar, e pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos e nos assuntos da escola e o *bullying*.

Durante as intervenções para este trabalho, observei o quanto os alunos estão sem estímulo para os estudos. Diante de uma sociedade que abarca um nível alto de desigualdade é preciso que se fomentem ações para que o maior número de cidadãos possam ter seus direitos garantidos. Em realidade, promover atividades de inclusão é promover cidadania, é nesse quadro que se encaixa esse trabalho.

A intenção do pré-projeto de pesquisa-intervenção que foi atividade realizada no modulo V deste curso, que foi aplicado na escola quilombola Francisco Pinto, povoado Ribeirinho Barra do Parateca, pois o número de alunos desistentes tem aumentado cada vez mais nos últimos anos.

O objetivo geral deste trabalho é: diagnosticar políticas públicas, com foco em crianças e adolescentes, que contribuam para uma educação de qualidade, que seja transformadora do ambiente escolar. A intenção é que este seja um espaço acolhedor para todos inclusivos, colaborativo e valorativo em vivências e transmutação de experiências.

Os objetivos específicos são:

- Avaliar a atuação da escola;
- Invocar ações reflexivas e indagação no contexto do trabalho;
- Questionar sobre a importância do tema relatado;
- Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todas as crianças e adolescentes por meio de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem

Para atender os objetivos desta monografia a metodologia empregada é de cunho qualitativo, pois possibilitou a uma pesquisa no território do quilombo de Barra do Parateca, sobre a inclusão social na escola. Onde o ponto de partida foi à criação da ficha de pesquisa que segue em anexo. Segundo passo, aplicações dessas fichas foram aplicadas essas fichas entrevistando os alunos na escola, dos alunos que são frequentes, e também aplicados aos alunos desistentes que fui ate suas residências, que foi realizado a entrevista junto a seus pais. As metodologias propostas foram: atividades lúdicas, e palestras. As aplicabilidades realizadas foram: roda de palestra realizada no auditório da escola com abordagem do tema: O que inclusão social na escola? Estavam presentes os professores Antônio Carlos que é o gestor da escola referida, professores da escola e mais 21 alunos da 6ª serie do ensino fundamental os alunos na faixa etária de 12 a 14 anos de idade, a palestra

foi bastante produtiva, participativa por parte de todos, onde foram invocadas ações reflexivas, possibilitando a um momento de questionamentos e reconhecimento a importância do tema tratado. Em outro momento, foram realizadas oficinas lúdicas relacionadas ao mesmo tema da roda da palestra com apresentações de paródias, poemas e danças com o mesmo público. Tudo isso foi realizado com o propósito de interação muita diversão e participação de todos com o objetivo de deixar claro sobre o que é de direito e dever enquanto estudantes e adolescentes com explanação sobre o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

A investigação iniciou com uma pesquisa de campo seguindo de uma entrevista aos alunos frequentes e não frequentes da escola referida, (ficha da entrevista segue em anexo) onde foi feito um levantamento de dados e informações no que envolvem o tema. E trabalhado o motivo das desistências dos alunos deste território quilombola. É preciso um olhar interventivo a esses acontecimentos de desistências desses alunos para não se tornar um cenário triste. É importante abrir espaços conforme as necessidades e adaptações a estes alunos que estão desistindo da escola para que possa interagir naturalmente na sociedade, isto é trabalhando em equipe abordando temas condizentes com a realidade que nelas enfrenta.

## Garantia de direitos x Educação

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas”. “Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de serem pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (ALVES, s. d., *online*).

A partir da seguinte citação acima percebe-se que a escola pública hoje se encontra imersa numa verdadeira teia, onde não se sabe o começo e o fim de tantos problemas que a cerca. Sonhamos, com uma escola igualitária, com acesso para todos, vislumbrando também as dificuldades que muitos em nosso país ainda possuem quando se deparam com a realidade do que seja a verdadeira escola pública, que infelizmente ainda não é para todos. O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. A educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, com princípios indispensáveis para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos, e para reinserção no mundo profissional. Durante a Constituinte de 1988 as responsabilidades do Estado foram repensadas e promover a educação fundamental passou a ser seu dever:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O Direito à educação faz parte de um complexo de direitos chamados de Direitos Sociais, que tem como objetivo preservar o valor da igualdade entre as pessoas. A educação, enquanto dever do Estado e realidade social não pode fugir do controle do Direito. Na verdade, é a própria Constituição Federal que a enuncia como direito de todos, dever do Estado e da família, com a tríplice função de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do Estado democrático e qualificá-lo para o mundo do trabalho. A um só tempo, a educação representa tanto mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo, quanto da própria sociedade em que ele se insere. A constituição Federal de 1988 na ordem constitucional vem mostrando o sentido do direito à educação onde está intimamente ligado

ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como com os seus objetivos, especificamente a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum. Nesse contexto a sociedade da informação e da globalização, é traçada de direitos fundamentais do direito à educação como se acentua. Sob essa perspectiva, potencializa-se a exigibilidade direta pelo cidadão como objetivo e solidificando o dever do Estado em promover sua efetividade.

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda se a opção é progressista, senão se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da justiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminhos e não viver a opção que escolher. Encarná-la diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se fez (FREIRE, 1999, p. 18).

O sucesso dos filhos na escola depende da participação ativa dos pais e ou responsáveis. Para isso a escola deve planejar a melhor forma de atrair todos para se envolverem nos projetos e conhecer qual a proposta que esta escola tem para seus filhos. Ao se trabalhar com a família a escola terá uma nova visão de transformação da sociedade que se almeja. A escola e a família devem ter uma participação efetiva na vida escolar dos filhos. Ambas devem andar de mãos dadas com o comprometimento com a melhoria da qualidade escolar, para o bom desenvolvimento de seu filho enquanto cidadãos. A escola, todavia, precisa incluir em sua rotina a presença da família e colocá-la a par do regimento escolar, do plano de desenvolvimento da escola, do Projeto Político-Pedagógico e incentivar sua participação. Certamente, muito irá contribuir para que se tenha uma maior clareza do que se pode fazer no enfrentamento das questões sócio educativas no conjunto do movimento social. O ideal é que a família e a escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem, de forma que venha formar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem cotidianamente na sociedade.

## 1.0 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS

Um dos eixos centrais da educação em direitos humanos é a prática pedagógica adotada nos processos educacionais (SANTOS, 1996a, p. 25).

O autor propõe um projeto pedagógico que envolve o conflito entre o conhecimento-regulação e o conhecimento emancipação, onde o último deve predominar e constituir uma experiência pedagógica intercultural, adotando um currículo de natureza libertadora. O objetivo é formar subjetividades inconformistas e “rebeldes” aptas a adotar um conhecimento emancipatório por meio de práticas educativas participativas e dialógicas. Conforme a autora,

Essa educação de caráter intercultural se alicerça na Comunicação e interação entre distintos sujeitos e grupos culturais; no reconhecimento do direito à diferença; no combate aos modos de desigualdade social e discriminação; no estabelecimento de relações igualitárias e dialógicas entre grupos sociais e pessoas de universos culturais diversificados; admite a presença de relações de poder nas relações interpessoais e sociais; adota estratégias para lidar com os conflitos; identifica mecanismos de poder nas relações culturais; contribui para processos de afirmação de identidades culturais específicas e reconhece processos de hibridização cultural capazes de configurar identidades em permanente construção. (CANDAUI, 2006, p. 9)

A opção por processos formativos comprometidos com a educação em direitos humanos articulada com a interculturalidade abre alternativas para os sujeitos de direitos adotarem posturas sociais, políticas e culturais de resistência ativa, voltadas para a defesa da universalidade das garantias e o respeito às diferenças (SOUSA e ZARDO, 2014, p. 2).

Nessa perspectiva, as diferenças culturais envolvem polaridades e pluralidades, o que exige a negociação das mesmas, para que o campo de construção das identidades seja construído mesclando as contribuições de distintas culturas presentes no processo de convivência social.

Adotando uma educação problematizadora, pautada em uma metodologia sensibilizadora (pedagogia do oprimido), para que os educandos possam acessar uma consciência histórica de si no mundo, Freire possibilita o acesso da educação como prática libertadora. Ele vai além, ao propor uma pedagogia da autonomia (FREIRE, 1999) pautada no exercício da crítica, da ética e da estética, a qual permite a aceitação do novo e a rejeição da discriminação, dentro de um processo dialógico e na forma de um compromisso libertário. Para ele, as práticas de humildade, tolerância, alegria e esperança dentre outras são condutoras

de uma pedagogia dos sonhos possíveis (FREIRE, 2001), voltada para transformar e retransformar o mundo. Magendzo (2006, pp. 60-61) exalta a pedagogia de Paulo Freire, no sentido desta construir uma consciência crítica emancipadora e vincula o processo de aprendizagem ao uso social do conhecimento como forma de empoderamento dos sujeitos de direito. Para ele, tanto a pedagogia crítica como a pedagogia em direitos humanos “estão centradas na observação das estruturas de poder dentro e fora do sistema educativo”. No caso da educação em direitos humanos, afirma que ela está interessada no currículo e na estrutura educativa como modeladores do sujeito de direitos e destaca o poder de ambos para formar uma consciência crítica. Diz que:

Ao tratar do contexto educacional, destaca a importância do diálogo e da comunicação, garantindo aos educandos certo controle do processo de aprendizagem. Afirma o papel da ação pedagógica estratégica por parte dos professores, de modo que consigam desconstruir, em sala de aula, quaisquer modalidades da dominação de forma aberta ou encoberta junto aos educandos. Desse modo, a problematização da consciência e dos valores afirmados nela é a característica chave da pedagogia em direitos humanos”. “Concebe a educação em direitos humanos como ética e política, sendo sua pedagogia parte da vida, ou seja, os problemas sociais fazem parte do processo educativo, e sua tarefa é “identificar, analisar e oferecer soluções a essas questões de acordo com a ética dos direitos humanos (MAGENDZO, 2006, p. 62).

O autor Carbonari, aponta para a importância de uma cidadania ativa e participativa de natureza intercultural, onde o diálogo entre os diferentes saberes possa ser estabelecido a partir do respeito, da tolerância e da solidariedade. Afirma que:

Ao refletir sobre o caráter pluridimensional do sujeito de direitos, propõe a urgência de uma nova pedagogia centrada em três pilares: O primeiro, voltado para a construção da participação, tendo em vista a presença do outro (grupo, movimento, sociedade, Estado, entre outros), exige “posturas e posições plurais” que permitam dialogar com os diferentes atores; o segundo, envolve “a compreensão dos dissensos e dos conflitos, inerentes à convivência humana e a construção de mediações adequadas à sua resolução, mediante a implementação acordos, alianças e parcerias”; o terceiro envolve uma proposta de “abertura para o mundo” garantindo um comprometimento efetivo com os contextos dos processos educativos (CARBONARI 2007, p. 183).

Neste contexto, o caráter intercultural do processo pedagógico implica no reconhecimento do direito à diferença, garantindo relações igualitárias entre pessoas e grupos de universos culturais distintos e reconhece o processo constante de construção das identidades em contextos conflituos. Com essa postura, favorece a formação de resistência

junto aos sujeitos de direitos que vão tomando consciência da dominação, opressão e exclusão resultante dos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais adversos.

## 1.1 EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Os direitos sociais são os que mais se aproximam do princípio da dignidade da pessoa humana e da cidadania, pois visam a redução de desigualdades entre as pessoas, ajustando os indivíduos as mais completas e dignas condições de vida, podemos entender o porquê desses direitos serem chamados de " Sociais", o motivo é, reside no fato de não serem direitos de classe individual, sua aplicabilidade é coletiva, para toda a sociedade, sem distinção. As políticas públicas funcionam como instrumentos de união e empenho, em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses, se tornando um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular, contudo isso se fundamenta no art. 6º da Constituição federal do Brasil, estão voltados à garantia de melhores qualidades de vida aos mais fracos, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, onde diz:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção á maternidade e a infância assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Assim sendo, para que sejam assegurados os direitos sociais dos cidadãos, são necessários um conjunto coerente de ações, de iniciativa dos poderes públicos e das sociedades que irão garantir, através das políticas sociais, os direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social. Sendo necessário que estas políticas públicas, sejam bem organizadas e eficazes. Tudo isso com respaldado e assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. A educação básica deve ser de qualidade legislação educacional brasileira se regulariza na percepção da educação como direito de todos, crianças, adolescentes, jovens e adultos. É Dever da família e do Estado, ter como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua designação para o trabalho.

O Brasil ainda é um país carente na área da educação. Enquanto existirem tantas diferenças sociais evidentes em nosso país, não tem como reconhecer a educação como ferramenta de inclusão social e, conseqüentemente, como assistência social. Garantir a efetividade do direito à educação, é permitir que a sociedade evolua culturalmente rumo a

democracia substancial, buscando além da participação política, a consecução dos direitos fundamentais, importante para a evolução e consolidação do estado Democrático de Direito.

Portanto, o direito a uma educação de qualidade não é exercido inteiramente por todos os cidadãos brasileiros, isso traz grandes frustrações à sociedade, pois a educação é o primeiro passo para o desenvolvimento com dignidade do ser humano e o progresso de um país. O ser humano, com a Carta de 1988, passou a ser o centro de todo o ordenamento constitucional, do sistema político, econômico e social. De acordo com o Artigo terceiro da Constituição Federal são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade justa, livre e solidária, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

“O campo democrático é constituído pela criação e pelo reconhecimento de direitos”, onde os direitos devem, necessariamente, estar referidos a sujeitos. De fato, como conclui a filósofa, onde não há direitos, não há sujeito. “Tratando-se da conquista da democracia, neste sentido, se está a considerar sobre novos direitos criados, estabelecidos, reconhecidos e conquistados através da luta de novos sujeitos, com uma especial menção aos sujeitos coletivos de direitos (CHAUÍ, 2006, p. 140).

Neste sentido, é necessário entendimento dos elos existentes entre direito à educação e direitos humanos onde se torna importante na medida em que, simultaneamente, permite-nos situar o contexto de afirmação do direito humano à educação e a luta pela sua efetivação.

A conquista do regime democrático significa a reorganização tanto dos espaços como dos sujeitos da política, e dos direitos. Assim, novos sujeitos de direitos reconquistam a cena política, de modo a traduzi-la em novos direitos, então ignorados ou reprimidos pelos sujeitos do antigo regime político, nos termos referidos acima, ainda que os novos direitos não estejam à altura daqueles anunciados e almejados pela sociedade e mesmo pelos próprios sujeitos que agora disputam a cena política com as forças conservadoras que ora cedem, ora avançam rumo à reconstrução da hegemonia de seu poder. (SOUSA JUNIOR, 1988, pp. 28-34)

Assim, é que a conquista do regime político de enunciado democrático no Brasil trouxe consigo a emergência, traduzida em legitimidade política, dos chamados movimentos sociais, novos sujeitos coletivos de criação e criatividade constitutiva de direitos que, advindos de outras esferas sociais e representativos da diversidade étnico racial, cultural, geracional, de gênero e sexualidade, disputam e transferem poder ao trazer para a cena política novas concepções de mundo e experiências sociais antes ausentadas, por diversas formas de

violência física, simbólica e institucional, dos espaços de deliberação sobre a política, os direitos e organização social e econômica do país. Percebe-se que os direitos sociais, independentemente de sua especificação em questão, sejam nas esferas, trabalhistas, de moradia, de educação, de saúde ou outras, possuem uma vinculação que os une, o qual, por decorrência, não só submete tais direitos a um próprio regime jurídico que os causa, como também reclama que sejam todos interpretados de forma lógicas, em outras palavras, que sejam caracterizados e o mais importante que sejam efetivados, para que o ser humano tenha a honra de viver com respeito, justiça, fraternidade e paz.

## 1.2 TERRITÓRIOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE BARRA DO PARATECA CARINHANHA - BA

A história da região começa no período colonial, quando, nas margens do São Francisco, embarcações passavam no local que era uma espécie de entreposto, de acordo com o relatório antropológico da comunidade. Moradores antigos da comunidade relatam sempre para a nova geração que a povoação da Fazenda Parateca começou com os escravos que trabalhavam para o Major Olegário. A história da comunidade traz uma trama familiar comum para época. O filho de Olegário teve uma filha com uma escrava, que adotada pelo Major, Filomena, aos 12 anos foi obrigada a se casar com o vaqueiro José Ribeiro. "Quando Olegário estava à beira da morte, doou parte da Fazenda Parateca para que o casal sobrevivesse". A história de luta pelas terras nessa região teve sua primeira vitória em 2005, quando a Fundação Palmares a reconheceu como uma área remanescente de quilombo. A luta se intensificou no dia 03 de maio de 2008, quando os quilombolas ocuparam e utilizaram para o plantio as terras próximas do rio São Francisco, em área que pertence à União. O retorno para essa localidade aconteceu após anos de grilagem que expulsaram da área boa parte dos habitantes dessa comunidade secular. Em 18 de julho de 2008 houve uma Audiência Pública na região, e o pedido de reforço policial para a área, feito pelo desembargador, diminuiu temporariamente as tensões na região, mas a volta à época de plantio, no mês de março desse ano, trouxe os conflitos à tona novamente.

Barra do Parateca é um distrito do município de Carinhanha e se trata de uma área emblemática, delimitada em 8,1 mil hectares, no Território de Identidade do Velho Chico. Há

pouco tempo os representantes da comunidade conseguiram a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), no Diário Oficial da União (DOU) que representa um importante passo para as 230 famílias remanescentes de quilombo. O relatório reúne estudos antropológicos, históricos, mapas descritivos que reconhecem a ocupação o ancestral dessas famílias no território. Segundo o analista em reforma e desenvolvimento agrário, Luís Claudio Bonfim, do Serviço de Regularização do Território Quilombola, as famílias foram muito firmes ao resistir em favor de seus direitos. Embora seja uma comunidade onde a união pouco reina, por vários motivos como: crenças e costumes, os moradores são perseverantes e resistentes na luta em correr para alcançar a garantia de seus direitos. Porém tem também aqueles que não aceitam a sua etnia. Apontando isso como razões que levariam as crianças e adolescentes dessa comunidade, cada vez mais cedo, a terem uma postura de preconceito e repúdio em relação a outras crianças ou com pessoas negras, e levando alguns indivíduos a negarem sua identidade enquanto remanescentes quilombolas ou simplesmente não se identificarem, em aspecto algum, com a respectiva cultura. É acreditando nessa maneira de pensar e analisar a questão do preconceito, que se conclui o papel fundamental que a escola deve desempenhar, tanto na orientação e informação das crianças, jovens e adultos, quanto na própria produção de conhecimentos para quebrar com conceitos e ideias distorcidas em relação ao negro, sua história, cultura e religião, sendo este último ponto - a religião - um dos mais atacados pelo preconceito e intolerância da sociedade desinformada.

A agricultura da comunidade sobrevive da pesca artesanal, agricultura de subsistência, tais como, plantio milho, feijão e mandioca. Cultivo de pequenas roças nas vazantes, lameiros (quando rio desce e a terra se torna fértil) e ilhas do rio. Atualmente existe uma diversidade de atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores na tentativa de sobrevivência, como por exemplo, existem ainda os que vivem da roça, no caso das famílias que tem um “pedacinho” de terra, outros recebem algum tipo de auxílio governamental, como a bolsa família outros poucos são funcionários públicos, que tem como função professor, serviços, agente de saúde e por fim temos as mulheres, que na ausência do companheiro ou para ajudar o mesmo vão trabalhar de domésticas na cidade Carinhanha. O povo deste quilombo é um povo alegre, que gosta de música e de dança. O canto está sempre presente em seu cotidiano e nas festas. Entre os quilombolas há um grande número de cantores e compositores, que relatam em suas músicas a vida, a luta e a esperança de seu povo.

As chamadas festas tradicionais são resultados de muitas influências: como o terreiro de Umbanda, ministrado por Dona Coló e suas meninas, festejos de Santa Bárbara comemorado dia 04 de dezembro, o grupo de dança Pérola Negra, e grupo do Maculelê que são formados por adolescentes da comunidade. Além das festas, o lazer dos quilombolas inclui também o futebol, praticado tanto por homens quanto por mulheres. Em todas as comunidades existe um campo para a prática do esporte. Durante o ano são realizados diversos torneios, nos quais competem equipes de diversas comunidades do município, formadas por quilombolas e não quilombolas. Outros divertimentos é o dominó, a roda de conversas, de piadas e de cantorias. Há sempre uma história para contar e lembrar em meio a muito riso

### 1.3 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Com as políticas públicas vem à tona o surgimento da questão social e trazendo consigo as origens do Estado de Bem Estar Social, ou seja, a intervenção do Estado, a Política Pública é o estado agindo na sociedade, seu campo vai responder a esta necessidade. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real e que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

A Política Educacional esclarece o relacionamento que existe entre as políticas públicas ao que se refere ao desenvolvimento do planejamento e do sistema educacional. Quando se enfoca políticas públicas, em um plano mais geral, e mais abstrato, tem-se presente as estruturas de poder e de dominação, os conflitos infiltrados por todo o tecido social, e que tem no estado o lócus da sua condensação.

A educação é considerada um campo de punho social, que precisa ser visualizada de forma ampla e com objetivos de atender bem e com qualidade toda sociedade e dessa forma

constituir um espaço de luta pela formação como um todo. Com a realização de estudos, entende-se que a é tarefa de todos que acreditam no direito a educação de qualidade, concebendo-a não como simples acesso as cadeiras escolares e sim a garantia ao conhecimento. Há também um conceito de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da educação básica, haja vista que a educação é também um processo de desenvolvimento individual. Todavia o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, o político e o ideológico. É um direito fundamental e dever do estado, sendo este responsável por implementar uma política pública capaz de garantir educação com qualidade total. Entende-se que política educacional esta bem relacionada à política publica, pois o seu principal referente se liga aos poderes públicos. Para que haja melhor gerenciamento educacional, abstem-se ao financiamento de educação.

#### 1.4 ANÁLISE E DISCUSÃO RELACIONADO TEORIA E PRÁTICAS

No inicio para a realização da pesquisa do pré-projeto de intervenção, atividade do módulo V do curso foi preciso reunir informações necessárias para encontrar respostas para uma pergunta e assim chegar à solução de um problema, permitindo a reflexão e a transformação da prática, problemas estes encontrados na escola investigada foram alto índice de desistência dos alunos na escola por falta de estímulo para estudar, e pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos e nos assuntos da escola.

Para se iniciar a pesquisa o primeiro passo foi à elaboração do projeto de pesquisa, que foi a mola propulsora para o bom desenvolvimento deste trabalho. Partindo desse princípio foi aplicado o questionário aos alunos estudantes e também aqueles alunos desistentes da escola a entrevista foi realizada juntamente com os pais e responsáveis da Municipal Francisco Pinto. Durante as entrevistas, ao preencher a ficha que conta informações sobre a renda, composição familiar, inserção de programas do governo, situação habitacional e a escola com perguntas relativas, como: Qual foi sua maior dificuldade enfrentada dentro da escola? Onde partes destes alunos responderam que era a falta de motivação das aulas, outros diziam que o acesso à escola era muito difícil, tinha que ir de transporte escolar e que outros colegas colocavam apelidos pejorativos, isso dificultavam as socializações entre alunos. É os pais ficam sem respostas para tudo isso, aconselha os filhos a não desistirem das aulas, muitos pais ficam sem

receber o benefício do governo o Bolsa Família, pois se seus filhos desistem de estudar ,não vai haver presença nas aulas, daí ficam sem o benefício do governo pois se um dos membros da família estiverem em descumprimento de condicionalidades junto ao programa de transferência de renda ,ocasiona o bloqueio deste benefício.

Após analisar os dados obtidos pela pesquisa constata-se que também falta muito o apoio da família e professores para motivar estes alunos, pois quando a participação da família é ativa esse aluno melhora no rendimento na escola, de ruim passa a ser bom tornando-o mais participativo e motivado.

Diante disso Percebi que tanto a família quanto a escola são agentes de socialização. É que a família é o principal agente, é nela que o estudante recebe suas primeiras orientações, estímulos, cuidados, fornecido pelos seus pais aos seus filhos que é de suma importância para uma vida em sociedade. Concordo com o autor Paulo Freire, em sua citação onde ele diz que a educação sozinha não muda a sociedade é preciso de agentes envolvidos como a família, portanto, tem um papel muito importante na educação de seus filhos, porque estará fazendo um investimento para o futuro na vida deste indivíduo, contribuindo assim para que seu filho se torne um cidadão com princípios e valores firmados na família e conquistando um futuro profissional brilhante sabendo conciliar o estudo com a educação vinda da família. Com as famílias cientes de seu importante papel na educação de seus filhos, teremos uma sociedade livre dos males que nos cercam atualmente, porém estamos longe desta consciência, porque muitos lares ainda não se preocupam com o seu papel na educação de seus filhos, pensando que podem transferir esta importante tarefa a terceiros De modo geral a educação visa o oferecimento de condições para o acesso a cidadania tornando se o cidadão socialmente conhecedor, da construção de vida humana. A concepção que retrata que os educandos são sujeitos de direitos, a escola tem como função social sistematizar e disseminar os conhecimentos historicamente elaborados e compartilhados por uma determinada sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho podemos constatar o quanto foi envolvente esta pesquisa, pude chegar mais perto dos problemas, o porquê de tantos adolescentes desistindo da escola se distanciando de um futuro brilhante e os pais sem resposta pra tudo isso. A escolha do tema deu-se em função de conviver com adolescentes que passa por desestímulo escolar sofre preconceitos por serem negros quilombolas, e também por morarem na zona rural, e outros que não têm o acompanhamento familiar na escola desistindo da escola tão cedo. Apesar de que a exclusão sempre cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornarem cidadãos solidários. Para que isso se torne realidade em cada sala de aula, a participação, dos pais e dos professores, é essencial. O envolvimento da família na aprendizagem dos seus filhos é importantíssimo, valorizando e orientando os pais no sentido de incentivar as boas relações com a escola e com todos que fazem parte desse contexto, incentivando, estimulando os pais a comparecerem nas reuniões pedagógicas não só para cobrar notas e sim para avaliar como o filho está se saindo no ano letivo e orientar os pais se necessário como fazer para ajudá-lo. É importante que tenha medidas para implementação de projetos educacionais e sociais que visem à promoção ao desenvolvimento social em conjunto de ações que previna o enfrentamento de qualquer forma de violação a estes direitos, educarem para em os direitos humanos impõe à escola processos de qualificação de seu corpo docente. Isto porque, a realização de projetos educativos em direitos humanos supõe um conjunto de ações de natureza crítica e criativa, capazes de desencadear reflexões sobre a realidade existente, com vários objetivos da construção de processos humanizadores de emancipação, em ponderadamente e autonomia dos sujeitos envolvidos.

A escola está diante de um grande desafio necessitando da real interação da família para o benefício do desempenho escolar de seus adolescentes e só assim poderá fazer uma educação de qualidade e que possa promover o bem estar de todos. A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Através da educação podemos mudar muitas coisas em nosso mundo, estruturando melhor as escolas, reconhecendo e valorizando os profissionais da educação, promovendo políticas públicas educacionais mais justas e coerentes com as necessidades das crianças, jovens e adolescentes. É fundamental a formação inicial e continuada dos educadores. Para tornar a escola real em ideal, é necessário

ainda ter conhecimentos amplos e que os governantes se preocupem mais com a educação, pois comparando a teoria com a prática poderemos fazer as intervenções precisas.

Durante a pesquisa apliquei questionários para obter uma aproximação destes alunos e conhecer um pouco sobre eles e o que eles pensam e querem para futuro, foram aplicados para todos os alunos, os que estão estudando e para os desistentes principalmente, ao finalizar as intervenções em grupo foi um momento de muita criatividade dos alunos e professores, apresentação de paródias, debate do tema, se comprometendo a dar continuidade a este trabalho, pois os despertou a curiosidade de informar dos seus direitos enquanto cidadãos. Contudo foram relevantes as experiências colhidas, desde o primeiro momento, nas rodas de palestras, apresentações enfim.

Concluindo, acredito ainda que, a qualidade da educação só vai melhorar quando a sociedade colocar a educação como prioridade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. In: O Pensador. Disponível em:

<<http://pensador.uol.com.br/frase/MzczMjY/>>. Acesso 03 de set 2015.

UNESP. Modelos de Citações com Base nas Normas da ABNT. Sorocaba/SP: UNESP, 2014. Disponível em:<<http://www.sorocaba.unesp.br/Home/Biblioteca/modelo-de-citacoes2.pdf>>. Acesso em 13 de out 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senador Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 9. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários e prática educativa. – 11 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

EDUCAÇÃO no Brasil. In: Sua Pesquisa.com. Disponível em:

<http://www.suapesquisa.com/educacaobrasil/> acesso em 27 de out 2015

MADENDZO, Abraham. *Educación em de rechos humanos: um desafio para os docentes de hoy*. Santiago9: LOM, 2006.

CANDAU, Vera M.; PAULO, Iliana; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. Educação em direitos humanos e formação de professores (as). S. Paulo: Cortez, 2013.

CARBONARI, Paulo. *Sujeitos de direitos humanos: questões abertas e em construção*. In: SILVEIRA, Rosa M. G.; DIAS, Adelaide A.; FERREIRA, Lúcia de F. G.FEITOSA, Maria Luiza P. de A. M.; ZENAIDE, Maria de Nazaré T. João Pessoa: Universitária, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone Democrático. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA JR, José Geraldo. Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos. IP/UnB, 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online: Mais de 1000 cursos online com certificado <http://www.portaleducacao.com.br/cotidiano/artigos/56170/a-importancia-da-participacao-da-familia-na-escola#ixzz3tvMFBU9I> acesso em 03 de dez 15

## ANEXOS

## FICHA DA ENTREVISTA

**IDENTIFICAÇÃO:**

NOME: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

HÁ QUANTO TEMPO QUE RESIDE NESTE ENDEREÇO:

TELEFONE: \_\_\_\_\_ NATURALIDADE: \_\_\_\_\_

SEXO: F ( ) M ( )

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: Sim ( ) Não ( ) QUAL:

POSSUI DOCUMENTAÇÃO: Sim ( ) Não ( )

DOCUMENTOS QUE POSSUI: ( ) RG( ) CPF( ) CN( )

OUTROS \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ NIS: \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

**COMPOSIÇÃO FAMILIAR (residentes com o aluno):**

NOME	VINC	D. N.	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	RENDA
1					
2					
3					
4					
5					
6					

**INSERIDO NOS PROGRAMAS:** ( ) Bolsa Família R\$ \_\_\_\_\_ ( ) BPC ( ) Baixa Renda

Outros: \_\_\_\_\_

**SITUAÇÃO HABITACIONAL:**

CASA: Própria ( ) Alugada ( ): Valor do aluguel: \_\_\_\_\_ Cedida ( ): Por quem? \_\_\_\_\_ Invasão ( ) Assentamento ( ) Financiada ( ): Valor do financiamento: \_\_\_\_\_

TIPO DE HABITAÇÃO: ( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Misto

Cômodos: nº \_\_\_\_\_

ENERGIA ELÉTRICA: ( ) Próprio ( ) Gatos ( ) Sem Energia Comunitário

ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ( ) sim ( ) não Outros: \_\_\_\_\_

**NA ESCOLA**

O aluno está frequentando a escola?

( ) Sim Nome da Escola \_\_\_\_\_

( ) Não

Qual foi sua maior dificuldade enfrentada dentro da escola?

( ) Relacionamento com colegas e professores

( ) acesso a escola

( ) aula sem motivação

( ) outros

Qual o (s) motivo (s) da sua ausência e desistência às aulas?

( ) dificuldade no relacionamento com colegas e professores

( ) acesso a escola

( ) aula sem motivação

( ) outros

O que precisaria mudar para você voltar a frequentar regularmente as aulas?

